



25 a 28
setembro
2024
Campus Central UEPG
Ponta Grossa | PR

Explorando as Interseções das Inteligências
Artificiais na Sociedade Atual

Realização:



Apoio:



COMTURPG



ESCOLA DE GOVERNO MUNICIPAL: A EXPERIÊNCIA DE CORONEL FABRICIANO-MG

MUNICIPAL GOVERNMENT SCHOOL: THE EXPERIENCE OF CORONEL FABRICIANO-MG

ÁREA TEMÁTICA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Carlos Alberto Serra Negra, Prefeitura Municipal Coronel Fabriciano, Brasil, carlos.negra@hotmail.com

Elsinéia Mendes Carvalho, Prefeitura Municipal Coronel Fabriciano, Brasil, neiadesevolvimento@gmail.com

Marcos Vinicius da Silva Bizarro, Prefeitura Municipal Coronel Fabriciano, Brasil, marcosbizarro@hotmail.com

Resumo

As escolas de governo no regimento jurídico brasileiro são atividades contemporâneas e nasceram com a Constituição Federal de 1988. O objetivo geral desta proposta de trabalho é mostrar como se configura o funcionamento da Escola de Governo de Coronel Fabriciano e apresentar a viabilidade de implantação em outros municípios. Na abordagem metodológica além de pesquisa bibliográfica para introdução e contribuições teóricas, optou-se pelo Estudo de Caso como forma de descrever o *modus operandi* utilizado pela mesma. Os resultados consistiram na descrição pormenorizada de estrutura e do fluxo operacional de como funciona a Escola de Governo. Os resultados monetários e quantitativos mostram que a mesma possui um baixo custo de atividade para a prefeitura, ao mesmo tempo em que mostra alta efetividade de capacitação dos seus servidores.

Palavras-chave: Administração Pública; Servidores Municipais; Capacitação; Escola de Governo.

Abstract

Government schools in the Brazilian legal regime are contemporary activities and were born with the Federal Constitution of 1988. The general objective of this work proposal is to show how the Coronel Fabriciano Government School operates and present implementation proposals in other municipalities. In the methodological approach, in addition to bibliographical research for introduction and theoretical contributions, the Case Study was chosen as a way of describing the modus operandi used by it. The results consisted of a detailed description of the structure and operational flow of how the School of Government works. The financial and quantitative results show that it has a low cost of activity for the city hall, at the same time that it shows high effectiveness in training its employees

Keywords: Public Administration; Municipal Servers; Training; School of Government.

1. INTRODUÇÃO

A criação das escolas de governo está disciplinada no âmbito público pela Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19 de 1998 nos seguintes termos:

Art. 39, § 2º A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados (Brasil, 2024).

Apesar do texto legal não se referir aos municípios terem escolas de governo, não havendo vedação, é permitido. Além do mais, é previsto a celebração de contratos e convênios com os entes federados, neste caso incluso os municípios. A propositura inicial do legislador foi que, obrigatoriamente, a união, estados e distrito federal tivessem escolas de governo não onerando, inicialmente, os municípios com esta atividade.

Para Fernandes (2015) A consolidação da democracia e do regime da Constituição de 1988, no Brasil, trouxe pressão pela melhoria do desempenho dos governos, profissionalização da administração pública e sua revitalização com quadros de perfil gerencial e capacidade de inovação e liderança.

Entende Andrade (2021) que as escolas de governo possuem papel central no desenvolvimento do funcionalismo público, fomentando um conhecimento teórico e prático que auxilia na tomada de decisões acerca das atividades da administração pública.

De acordo com Andrade (2021) as escolas de governo por meio de projetos e programas de educação pessoal e profissional buscam realizar o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelos servidores públicos a sociedade dos respectivos municípios.

Segundo Ranzini (2016) citada por Andrade (2021) as escolas de governo por meio de projetos e programas de educação pessoal e profissional buscam realizar o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelos servidores públicos a sociedade dos respectivos municípios

O objetivo geral deste trabalho é mostrar como se configura o funcionamento da Escola de Governo de Coronel Fabriciano-MG. Como objetivos específicos temos: a) Possibilitar a reprodução do *modus operandi* por qualquer município; b) Contribuir para a literatura acerca de escolas de governo;

2. REVISÃO DE LITERARUA

A história das escolas de governo no Brasil reflete a evolução da administração pública e a busca continuada por profissionalização e eficiência no serviço público. Desde a criação inicial até a expansão e modernização contemporânea, essas instituições desempenham um papel crucial na formação de um serviço público qualificado e eficiente.

As escolas de governo no Brasil têm uma trajetória significativa, voltada para a formação e aperfeiçoamento de servidores públicos. A ideia de escolas de governo foi introduzida na Constituição de 1988 e reforçada pela Emenda Constitucional nº 19 de 1998, que formalizou a criação dessas instituições para o desenvolvimento profissional dos servidores.

Escolas de governo são instituições de ensino e treinamento que têm como objetivo capacitar servidores públicos e futuros líderes governamentais, promovendo a qualificação profissional e o desenvolvimento de competências específicas para a administração pública. As escolas de governo podem oferecer cursos de graduação, pós-graduação, capacitações de curta duração, programas de desenvolvimento gerencial, entre outros (Matias-Pereira, 2010).

Muitos municípios podem não ter uma escola de governo por uma série de razões, que podem incluir falta de recursos financeiros, demanda menor por programas de formação na gestão pública, dependência de capacitação externa e/ou priorização de outros formatos de capacitação.

A história das escolas de governo no Brasil remonta ao período pós-independência, com várias fases marcadas por mudanças políticas e sociais no país. Uma breve trajetória histórica é traçada por Paes de Paula e Avritzer (2019) na seguinte forma:

Período Imperial (1822-1889)

Durante o Império, a formação de funcionários públicos era restrita e não havia uma estrutura formal de escolas de governo. A administração pública era formada majoritariamente por indicação e com base em critérios familiares ou políticos.

Primeira República (1889-1930)

A profissionalização do serviço público começou a ganhar importância, especialmente após a Revolução de 1930. No entanto, ainda não havia instituições formalizadas dedicadas ao treinamento e capacitação de servidores públicos.

Era Vargas (1930-1945)

Getúlio Vargas, com a intenção de modernizar a administração pública, criou várias instituições para a formação de funcionários públicos. Em 1938, foi criada a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), que tinha o objetivo de formar e treinar servidores públicos. No entanto, esta escola teve suas atividades interrompidas com a queda de Vargas em 1945.

Regime Militar (1964-1985)

Durante o regime militar, houve um esforço para profissionalizar a administração pública, o que levou à criação de várias escolas de governo. Em 1967, foi fundada a Fundação Centro de Formação do Servidor Público (FUNCEP), que mais tarde seria substituída pela Fundação Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) em 1986.

Redemocratização (1985-presente)

Com a redemocratização, houve uma revitalização e expansão das escolas de governo. A ENAP, reestabelecida em 1986, tornou-se uma instituição chave para a formação e capacitação dos servidores públicos federais. Além da ENAP, surgiram outras escolas de governo em diferentes níveis de administração, como a Escola de Administração Fazendária (ESAF), a Escola Superior de Administração Pública (ESAP), entre outras.

Desenvolvimentos Recentes

Nos últimos anos, as escolas de governo têm se adaptado às novas demandas do serviço público, incorporando tecnologias digitais e novas metodologias de ensino. A capacitação de servidores públicos tem se focado em áreas como inovação, governança digital, transparência e ética no serviço público.

A importância das escolas de governo para a administração pública é multifacetada, englobando aspectos de capacitação, profissionalização, inovação e promoção de boas práticas na gestão pública. Essas instituições desempenham um papel crucial na formação e aperfeiçoamento dos servidores públicos, preparando-os para enfrentar os desafios administrativos com competência e eficiência (Pimenta & Mansano, 2012)

As escolas de governo oferecem programas de capacitação continuada ou não, cursos de formação inicial e de especialização, que são fundamentais para a atualização e aprimoramento dos conhecimentos e habilidades dos servidores públicos. Através de uma formação sistemática e estruturada, essas escolas promovem a profissionalização do serviço público, garantindo que os servidores possuam as competências necessárias para desempenhar suas funções de maneira eficiente e eficaz (Bresser-Pereira, 2004).

Além da capacitação, as escolas de governo incentivam a inovação na gestão pública, disseminando novas abordagens e tecnologias que podem ser aplicadas no contexto administrativo. Elas funcionam como laboratórios de ideias, onde novas práticas podem ser testadas e implementadas, contribuindo para a modernização do setor público. Isso é essencial

para enfrentar desafios contemporâneos, como a digitalização dos serviços públicos e a gestão eficiente dos recursos (Abrucio & Loureiro, 2004)

Outro aspecto importante é o papel das escolas de governo na promoção de valores éticos e de transparência na administração pública. Elas fornecem uma base teórica e prática que enfatiza a importância da ética, do cumprimento das leis e da prestação de contas. A formação contínua nesses valores ajuda a construir uma cultura de integridade e responsabilidade entre os servidores públicos, o que é vital para a confiança da sociedade nas instituições públicas (Pires, 2011).

Além disso, muitas escolas estaduais e municipais de governo foram criadas para atender às demandas locais, contribuindo para a descentralização da capacitação dos servidores públicos e para a melhoria da administração pública em diferentes níveis.

No Brasil, existem diversas escolas de governo federal, estadual e municipal que desempenham um papel crucial na capacitação e no aperfeiçoamento dos servidores públicos. Algumas das principais instituições são:

- Escola Nacional de Administração Pública
- Escola de Governo de Araraquara
- Escola de Governo do Estado de São Paulo
- Fundação João Pinheiro de Minas Gerais
- Escola de Governo do Estado do Rio de Janeiro
- Escola de Administração Pública de Pernambuco
- Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais

3. O ESTADO DA ARTE

As escolas de governo são instituições dedicadas à formação de servidores públicos, com foco em políticas, gestão e administração pública. Existem diversos livros que tratam desse tema. Aqui estão alguns deles, com breves descrições:

Uma das referências mais antigas e significativas que encontramos na literatura brasileira sobre escolas de governo é a obra “Formação de Governantes: A Escola de Governo” de Luiz Carlos Bresser-Pereira de 1997 que evidencia modelos de escolas de governo ao redor do mundo, discute a necessidade de formação específica para governantes, apresenta propostas para criação e desenvolvimento de escolas de governo no Brasil e mostra o papel da educação na administração Pública (Bresser-Pereira, 1997).

Em Clovis Cavalcanti com a o livro “Escola de Governo e a Formação de Políticas Públicas” faz abordagem entre a formação em escolas de governo e a formulação de políticas públicas quer em seus aspectos teóricos e de práticas. Argumenta sobre propostas para integração entre a academia e a administração pública, mostrando, ainda, um breve estudo de impactos das escolas de governo nas políticas públicas (Cavalcanti, 2003).

Em “Escolas de Governo e Gestão Municipal” os organizadores José Mário B. Carneiro e Alexandre Amorim apresentam uma obra com oito capítulos de autores diferentes, que tratam dos seguintes aspectos: conceito e importância das escolas de governo; histórico, evolução, estrutura e funcionamento das escolas de governo; capacitação e formação de gestores públicos; boas práticas e casos de sucesso e desafios e perspectivas futuras (Carneiro & Amorim, 2003).

Com a obra "Escola de Governo e Gestão Pública: Desafios e Perspectivas" Paulo Roberto Motta faz uma análise dos desafios enfrentados pelas escolas de governo no Brasil, discute sobre a modernização na administração pública, evidencia estratégias para melhorar a gestão

pública e mostra estudos de casos de iniciativas bem-sucedidas em escolas de governo (Motta, 2008).

Jorge Vianna com o livro “Escolas de Governo: Uma Análise Comparada” aborda a origem e o desenvolvimento das escolas de governo no Brasil e em outros países, oferecendo uma análise comparativa das diferentes abordagens e metodologias utilizadas na formação de servidores públicos. O autor explora casos específicos, como a ENAP - Escola Nacional de Administração Pública no Brasil, e compara com experiências internacionais (Vianna, 2008).

A abordagem de José Matias-Pereira com a obra “Gestão Pública Contemporânea: Escola de Governo e a Capacitação de Servidores Públicos” está relacionada com a importância da capacitação contínua para servidores públicos na formação de servidores públicos, mostrando estrutura e funcionamento das escolas de governo (Matias-Pereira, 2010).

As autoras Renata e Marília com o livro “Educação Política e Formação de Governantes: A Experiência da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro” faz uma análise da experiência da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (FJP) mostrando métodos e currículos utilizados na formação de governantes e os impactos dos programas na formação da administração pública mineira evidenciando estudos de casos e resultados obtidos pela FJP (Vilhena & Melo, 2012).

A obra de Fernando Coelho e Andrea Pozzebom discute as políticas e práticas de formação e desenvolvimento de servidores públicos. Os autores exploram as principais teorias de educação e treinamento aplicadas ao contexto governamental, bem como as metodologias utilizadas nas escolas de governo (Coelho & Pozzebom, 2012).

Com diversos organizadores e quinze capítulos de assuntos distintos sobre escolas de governo a obra “Escolas de Governo: Formação e Capacitação de Agentes Públicos” revela a diversidade que envolve o tema, principalmente nos aspectos de mostrar as experiências de escolas de governos de várias cidades Brasileiras, inclusive as escolas legislativas e financiamento e aspectos jurídicos das mesmas (Coelho, Carneiro, Brito & Cheib 2020).

Em nível internacional as principais obras citadas por autores brasileiros são as seguintes:

- Ostrom, E. (1990). *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge University Press.
- Osborne, D., & Gaebler, T. (1992). *Reinventing Government: How the Entrepreneurial Spirit is Transforming the Public Sector*. Addison-Wesley.
- Lynn, L. E. Jr. (2006). *Public Management: Old and New*. Routledge.
- Smith, K. B., & Larimer, C. W. (2009). *The Public Policy Theory Primer*. Westview Press.
- Donahue, J. D., & Zeckhauser, R. J. (2011). *Collaborative Governance: Private Roles for Public Goals in Turbulent Times*. Princeton University Press.

Esses livros oferecem uma visão abrangente sobre a importância da educação e formação continuada para a melhoria da gestão pública e a eficácia dos governantes por meio das escolas de governo.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

As pesquisas científicas segundo Alves-Mazzotti e Gewandsnajder (1999), surgem geralmente de um conjunto de teorias que funcionam como um conhecimento de base, onde a formulação e a resolução de problemas só podem ser feitas por quem tem um bom conhecimento da situação ou fenômeno de sua área. Assim, torna-se fundamental a familiarização dos pesquisadores com as pesquisas mais recentes da área de conhecimento enfocada por meio de fontes bibliográficas e de verificação empírica.

Quanto aos objetivos a pesquisa é classificada como Pesquisa Descritiva. Para Gil (2002, p. 42), este tipo de pesquisa “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, o estabelecimento de relação entre variáveis”.

Estas pesquisas são habitualmente realizadas por pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática e são assim entendidas:

Expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso em explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação (Vergara, 2004, p. 47),

A escolha do Estudo de Caso como estratégia de pesquisa deve-se ao interesse na descoberta e na interpretação de fenômenos reais. Por isso, o estudo de caso qualitativo tem como feições mais características o fato de ser particularista, descritivo e heurístico.

O enfoque qualitativo apresenta as seguintes características: o pesquisador é o instrumento-chave, o ambiente é a fonte direta dos dados, não requer o uso de técnicas e métodos estatísticos, tem caráter descritivo, o resultado não é o foco da abordagem, mas sim o processo e seu significado, ou seja, o principal objetivo é a interpretação do fenômeno objeto de estudo (Godoy, 1995; Silva & Menezes, 2005).

De acordo com Yin (2003, p. 20) dentre as diversas abordagens existentes, o estudo de caso é utilizado em diferentes situações, tendo como objetivo “contribuir com o conhecimento que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo, além de outros fenômenos relacionados”.

O Estudo de Caso é um estudo de natureza empírica que investiga um determinado fenômeno, geralmente contemporâneo, dentro de um contexto real de vida, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto em que ele se insere não são claramente definidas. Estas abordagens de pesquisas mostram-se mais apropriadas para apresentar o *modus operandi* da Escola de Governo de Coronel Fabriciano-MG.

Operacionalmente o estudo consistiu em entrevista com a Coordenadora da Escola de Governo de Coronel Fabriciano, consulta a sua lei de criação e regimento interno e a dados do seu sistema de informações.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Coronel Fabriciano pertence a mesorregião do Vale do Rio Doce e a microrregião do Vale do Aço no Estado de Minas Gerais, com 221,25 km de área entre urbana e rural e com uma população estimada para 2022 de 104.736 habitantes. A população é de 48,3% de homens e 51,7% de mulheres. Dados de 2022 mostram um PIB per capita de 14.600,00 R\$/habitante. O índice de desenvolvimento humano (IDH) é de 0,755. Estruturalmente possui 1.475 estabelecimentos comerciais e 6 agências bancárias. Distancia 206 km da capital do estado. A taxa de alfabetização da população com mais de 10 anos é de 98,10% de acordo com o censo demográfico de 2022. (IBGE, 2024).

A prefeitura possui 2 auditórios para a realização das capacitações da Escola de Governo, um com capacidade para 138 lugares e outro com 116 lugares, ambos equipados com recursos de multimídias e sonorização. Possui também 2 laboratórios de informática, um com 16 computadores e outro com 9 computadores, mais 3 salas para treinamentos com capacidade para até 30 pessoas.

A Escola de Governo da Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano está vinculada à Secretaria de Governança Educacional e Cultura e teve originariamente sua criação por meio do Decreto no 7.040 de 24 de outubro de 2019. Posteriormente transformada pela Lei 4.456 de 17 de outubro de 2022. Teve seu Regimento Interno aprovado pelo Decreto no 8.178 de 06 de janeiro de 2023.

A Escola de Governo, de acordo com a lei de criação e regimento interno possui uma característica prevista de atuar na capacitação dos servidores da própria prefeitura, de servidores de outras prefeituras (municípios menores e vizinhos) e em segmentos da sociedade, ou seja, munícipes em sua maioria membros dos conselhos municipais de todas as secretarias, se necessário, diferente de algumas irmãs que só atendem servidores próprios.

Na sua criação foi elaborado uma logomarca específica para a Escola de Governo (Figura 1) e a aquisição de materiais tais como: envelope, pasta dura, caneta e bloco, todos com logomarca e de material reciclável. Possui um orçamento anual de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para contratação de empresas de cursos e treinamentos que foram poucos utilizados por ser os instrutores das capacitações, em sua maioria, servidores da própria prefeitura.



Figura 1 – Logomarca da Escola de Governo

De acordo com o Regimento Geral da Escola de Governo, tem-se os seguintes elementos de identidade:

Art. 38. A missão da Escola de Governo é proporcionar conhecimentos técnicos, humanísticos, políticos e tecnológicos aos servidores públicos municipais e à população de Coronel Fabriciano para o exercício eficiente e de qualidade de suas atividades e contribuir para a sua formação cidadã.

Art. 39. Constitui a visão da Escola de Governo capacitar anualmente um mínimo de 1/3 dos servidores da prefeitura até o ano de 2030.

Art. 40. São valores da Escola de Governo:

- I. Compromisso com os Servidores e Sociedade
- II. Valorização Pessoal e Profissional
- III. Trabalho de Excelência
- IV. Ambiente de Inovação
- V. Gestão do Conhecimento
- VI. Respeito às Individualidades.

Considera-se servidores os agentes políticos, comissionados, contratados e estagiários. A tabela 1 mostra as metas alcançadas de percentual de capacitações apenas dos servidores para atendimento de capacitar 1/3 dos servidores, lembrando que este parâmetro é a partir do ano de 2022, conforme visão da Escola de Governo.

Ano	Total Servidores	Servidores Capacitados	Munícipes Capacitados	Total Capacitados	Percentual de Servidores
2021	3.084	608	0	608	20%
2022	2.570	1.322	362	1.684	51%
2023	3.299	2.439	301	2.740	74%
jun/24	3.435	1.125	96	1.221	36%

Tabela 1 – Capacitações da Escola de Governo

A logística de funcionamento da Escola de Governo é detalhada de acordo com a figura 2, de modo a contribuir para que outros municípios possam aplicar esta logística.

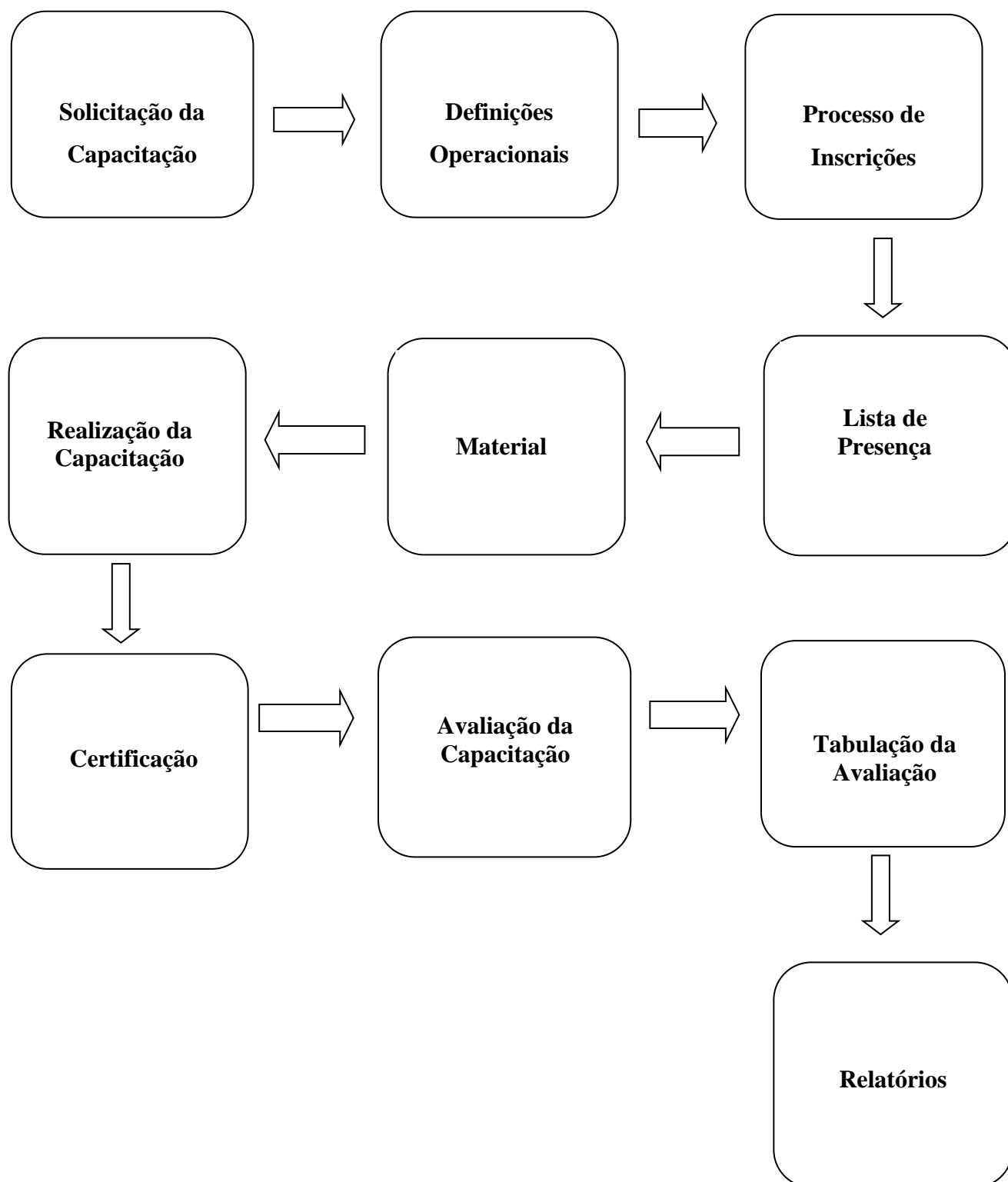


Figura 2- Macro Processo de Logística da Escola de Governo

Solicitação da Capacitação

As solicitações de capacitações se dão por uma de duas formas: a primeira por solicitação espontânea de uma ou mais secretarias municipais; a segunda por Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT) realizado em dezembro de cada ano para o ano seguinte.

Definições Operacionais

Uma vez decidido pela realização de alguma capacitação, passa-se para as escolhas de conteúdo programático, público alvo, carga horária, instrutor, local de realização do evento, convocação pelo processo de inscrição, *coffee break* (se houver) e material complementar do instrutor.

Processo de Inscrição

As inscrições para as capacitações é realizada por *link* ou *QRcode* enviados por *WhatsApp*, *e-mail* e ou intranet.

Lista de Presença

É elaborada a partir das inscrições contendo campos de nome, matrícula e assinatura. Após o evento as listas são digitalizadas e arquivadas.

Material

Composto por envelope, pasta de capa dura, bloco de anotações e caneta, todos personalizados com logomarca da Escola de Governo e confeccionados com material reciclável.

Realização da Capacitação

Preparação de ambiente, teste dos recursos audiovisual, credenciamento dos participantes, distribuição de materiais e acompanhamento do evento pela Coordenadora da Escola de Governo.

Certificação

Os certificados de participação possuem modelo próprio. É confeccionado em anverso e verso. No anverso consta o nome do participante, título da capacitação, carga horária, data do evento e assinaturas digitais da Coordenação da Escola de Governo e do(s) instrutor(es). No verso contém o conteúdo programático ofertado. Os mesmos são entregues mediante participação de pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da capacitação.

Avaliação da Capacitação

O formulário de avaliação é composto por 5 (cinco) blocos de mensuração (treinamento, material utilizado, instrutor, auto avaliação, avaliação institucional, além de espaço para comentários e sugestões). São utilizados 4 (quatro) fatores de avaliação (Ótimo, Bom, Regular e Fraco).

Tabulação da Capacitação

A tabulação é realizada no formato do formulário de avaliação em Excel, de forma absoluta (quantidades) e na forma relativa (percentuais), incluindo os comentários e sugestões

Relatórios

São emitidos relatórios das tabulações de cada capacitação sendo enviados para o instrutor(s) e para o secretário(s) municipal da(s) pasta(s) envolvida(s). As capacitações aumentaram organicamente com a demanda setores ou de acordo com LNT do ano, conforme tabela 2.

Ano	Eventos
2021	14
2022	26
2023	46
Jun/24	18

Tabela 2 – Eventos Anuais de Capacitações

Mensalmente é elaborado para o Prefeito, Vice-Prefeito e os membros do Conselho Diretor relatório contendo a individualização de cada treinamento em termos de título da capacitação, quantidade de participantes, carga horária e data do evento, em termos de realização, acompanhamento e tabulação.

Trimestralmente é apresentado relatório para o Conselho Diretor com os quantitativos de capacitações e de participantes.

Anualmente é elaborado relatório para Prefeito, Vice-prefeito e Conselheiros relatando aspectos qualitativos e quantitativos das capacitações realizadas no ano.

Desde sua fundação a Escola de Governo conta com apenas uma servidora comissionada, com cargo previsto na estrutura administrativa da secretaria que é responsável por toda logística operacional e atua em conjunto com o secretário municipal de educação.

6. CONCLUSÃO

O objetivo geral explicitado no início do trabalho foi atingido, na medida em que o estudo de caso conseguiu detalhar com precisão a logística e características que compõe a Escola de Governo em estudo.

De acordo com Losso e Borges (2019) As demandas sociais passam por eficiência e eficácia dos serviços públicos e que são reflexos de sociedades democráticas, exigindo, portanto, servidores públicos mais preparados para um ótimo atendimento a sociedade, resolução de seus problemas, segurança nas informações, transparência e melhoria dos processos internos, demandando profissionais aptos ao serviço público.

O ano de 2023 se caracterizou como um ano de menos recursos vinculados e de receitas próprias, mas que não impactou a Escola de Governo. Ainda assim foi possível realizar um número maior de capacitações e apresentou números significativos de participações, foram gastos R\$ 22.600,00 para pagamento de duas empresas de treinamento.

No que diz respeito aos custos de manutenção das atividades no ano de 2023 foram realizadas licitações para aquisição de pastas, envelopes, blocos de anotações e canetas esferográficas, todos personalizados e em material reciclável com a logomarca da Escola de Governo. As licitações foram com dois fornecedores perfazendo um total de R\$ 37.700,00.

Dessa forma, este estudo possui três contribuições: primeiro, evidencia uma estrutura diferenciada de outras escolas de governo do Brasil em termos de estrutura funcional; segundo, mostra os resultados alcançados de forma crescente nas capacitações da gestão pública municipal; terceiro, o modelo mostrado é passível de replicação, inclusive, por municípios menores.

Referências

Abrucio, F. L. & Loureiro, M. R. (2004). *Escolas de Governo no Brasil: Avaliação e Perspectivas*. Rio de Janeiro, Editora FGV.

Alves-Mazzotti, A. J & Gewandsznajder, F.(1999). *O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa*. 2. ed. São Paulo, Pioneira.

Andrade, A. M. Escolas de Governo e seu Papel no Aperfeiçoamento do Desempenho dos servidores Públicos. *Revista Recima 21*, v. 2, n. 5, 2021.

Brasil (2024). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 mai. 2024.

- Bresser-Pereira, L. C. (1997). *Formação de Governantes: A Escola de Governo*. São Paulo, Editora Unesp.
- Bresser-Pereira, L. C. (2004). Gestão Pública no Brasil: Uma Agenda para o Desenvolvimento Institucional. *Revista de Administração Pública*, 38(2), 325-340.
- Carnerio, J. M. B. & Amorim A. (2003). *Escolas de Governo e Gestão Municipal*, São Paulo, Oficina Municipal.
- Cavalcanti, C. (2003). *A Escola de Governo e a Formação de Políticas Públicas*. São Paulo, Editora Cortez.
- Coelho, F., & Pozzebon, A. (2012). *Formação e Desenvolvimento de Pessoas na Administração Pública*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- Coelho, F.S.; Carneiro, J. M. B; Brito, E. S & Cheib, A. (2020) *Escolas de Governo: Formação e Capacitação de Agentes Públicos*. São Paulo, Oficina Municipal/Konrad Adenauer Stiftung.
- Fernandes, C. C. C (2015). Escolas de Governo: Conceito, origens, tendências e perspectivas para sua institucionalização no Brasil. *VIII Congresso Consad*, Brasília, 26 a 28 de maio.
- Gil, A. C. (2007). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5 ed. São Paulo, Editora Atlas.
- Godoy, A. S. A (1995). Pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n. 4, p. 65-71, jul./ago.
- Ibge – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2024). *Dados Demográficos de Coronel Fabriciano*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/coronel-fabriciano/panorama>>. Acesso em: 16 abr. 2024.
- Losso, C.R & Borges, M. K. (2019). Educação a distância nas escolas de governo brasileiras – uma revisão acadêmica. *Revista Espacios*, v. 40, n. 8.
- Matias-Pereira, J. (2010). *Gestão Pública Contemporânea: Escola de Governo e a Capacitação de Servidores Públicos*. São Paulo, Editora Atlas.
- Matias-Pereira, J. (2010). Escolas de governo e a capacitação de gestores públicos no Brasil: histórico, experiências e desafios. Rio de Janeiro, *Revista de Administração Pública*, 44(1), 21-43.
- Monteiro, J. V. (2008). *Escolas de Governo: Uma Análise Comparada*. Brasília, Editora da UnB.
- Motta, P. R. (2008). *Escola de Governo e Gestão Pública: Desafios e Perspectivas*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- Paes de Paula, A.P. & Avritzer, L.(orgs.). (2019) *Escolas de Governo no Brasil: trajetórias, desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.
- Pimenta, R. & Mansano, S. R. V. (2012). "Formação e Capacitação de Servidores Públicos: O Papel das Escolas de Governo. *Revista do Serviço Público*, 63(4),

411-429.

Pires, R. R. C. (Org.). (2011). *Efetividade das Escolas de Governo: Teoria e Prática*. Brasília, ENAP.

Ranzini, M. S. (2016) *Escolas de governo municipais paulistas: estudos de casos dos municípios de Guarulhos, São Paulo e Sorocaba*. 2016, 190 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

Silva, E. L. & Menezes, E. M. (2005) *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4 ed. Florianópolis, Editora UFSC.

Vilhena, R., & Melo, M. C. (2012). *Educação Política e Formação de Governantes: A Experiência da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro*. Belo Horizonte, Editora Fundação João Pinheiro.

Yin, R. K. (2010). *Estudo de Caso*. 4. ed. Porto Alegre, Editora Bookman.